



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289151-6

COMARCA: 2ª VARA DE TIMBAÚBA

APELANTE: BANCO ITAUCARD S/A

APELADO: GILDETE MARIA DA SILVA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C DANOS MORAIS - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC - ART. 14, DO CÓDIGO CONSUMERISTA - DANUM IN RE IPSA - DANO MORAL EVIDENCIADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO - APELO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289151-6, em que figuram como parte Apelante BANCO ITAUCARD S/A e como parte Apelada GILDETE MARIA DA SILVA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"Por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos do voto do Relator"*. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.

  
Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



140

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL: Nº 0289151-6**  
**APELANTE: BANCO ITAUCARD S/A**  
**ADV: CELSO DAVID ANTUNES BA001141A**  
**APELADO: GILDETE MARIA DA SILVA**  
**ADV: ALEXANDRE GUERRA COUTINHO JÚNIOR PE021538**  
**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**  
**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Danos Morais.

**Sentença Recorrida:** A Decisão (fls. 24/31) na forma do art. 269, I, do CPC, julgou procedente o pedido para declarar a inexistência do débito relatado na inicial, determinando o cancelamento definitivo do apontamento nos órgãos de proteção/restrição ao crédito e, por fim, condenou o demandado a pagar indenização danos morais à parte autora/apelada, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros de 1%, desde a data do evento danoso, e de correção monetária pela TABELA DA ENCOGE, a contar da data desta decisão. Condenou o demandado/apelante no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este na base de 20% sobre o quantum da indenização.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma da sentença hostilizada, alternativamente, requer a redução do quantum indenizatório (fls. 95/107).

**Razões recursais:** Argumenta inexistir qualquer dano moral a ser reparado uma vez que não praticou qualquer ilicitude, tendo a negativação ocorrido por culpa exclusiva de terceiro, estelionatário. Requer, também, a redução dos honorários advocatícios e, de forma alternativa, pleiteia a redução do quantum indenizatório arbitrado.

**Contra-razões:** Às fls. 127/133, objetivando a manutenção da sentença e o desprovemento do apelo.

**É o que importa relatar.**

**Sem revisão, conforme o Art. 76, parágrafo único do RITJPE.**

Recife, 06 de novembro de 2012.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL: Nº 0289151-6**  
**APELANTE: BANCO ITAUCARD S/A**  
**ADV: CELSO DAVID ANTUNES BA001141A**  
**APELADO: GILDETE MARIA DA SILVA**  
**ADV: ALEXANDRE GUERRA COUTINHO JÚNIOR PE021538**  
**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**  
**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

Do atento estudo dos presentes autos, ao meu sentir, não restou qualquer dúvida de que a conduta da apelante causou evidente prejuízo de ordem moral à pessoa da apelada.

Cumpra de plano, salientar que a presente lide trata de típica relação de consumo, ressaltando-se, então, a responsabilidade do prestador de serviços, independente da existência de culpa, quando não caracterizada a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, consoante art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, *in verbis*:

*"Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".*

Nesse tipo de responsabilidade, o fornecedor somente afasta o dever de reparar o dano se provar (ônus seu) a ocorrência de uma das causas que excluem o nexo causal, enunciadas no §3º do art. 14 do CDC, quais sejam, a inexistência do defeito (falha na prestação do serviço) e a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, o que observo não ter ocorrido.

Evidenciado o ilícito da ré (negativação do nome da apelada), violou-se o seu patrimônio moral, causando-lhe indevidamente abalo na sua reputação, caracterizando, portanto, o **danum in re ipsa**, o qual se presume, conforme as mais elementares regras da experiência comum, prescindindo de prova quanto à ocorrência de prejuízo concreto.

No ensinamento de Sérgio Cavalieri Filho tem-se, igualmente, a compreensão da desnecessidade de prova, quando se trata de dano moral puro (*In Programa de Responsabilidade Civil*, 5ª ed., 2ª tiragem, 2004, p. 100):

*"...por se tratar de algo imaterial ou ideal a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a*



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

*comprovação do dano material. Seria uma demasia, algo até impossível exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depolmentos, documentos ou perícia; não teria ela como demonstrar o descrédito, o repúdio ou o desprestígio através dos meios probatórios tradicionais, o que acabaria por ensejar o retorno à fase da irreparabilidade do dano moral em razão de fatores instrumentais.*

*Nesse ponto a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está insito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. (...) Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti que decorre das regras de experiência comum".*

No mesmo diapasão, a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.** 1. Nos casos de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova. Precedentes. 2. Esta Corte, em casos que tais, tem fixado a indenização por danos morais em valores equivalentes a até cinquenta salários mínimos. 3. O valor arbitrado a título de reparação de danos morais está sujeito ao controle do Superior Tribunal de Justiça, desde que seja irrisório ou exagerado, o que não ocorre no presente caso em que fixado em R\$ 7.000,00. 4. **AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.** (AgRg no Ag 1149294/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2011, DJe 18/05/2011)

**AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - ILÍCITO - COMPROVAÇÃO - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ - DANO MORAL QUE SE PRESUME - PRECEDENTES - QUANTUM INDENIZATÓRIO - VALOR RAZOAVELMENTE FIXADO - AGRAVO DESPROVIDO.** (AgRg no Ag 1382047/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/05/2011, DJe 18/05/2011)

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÍVIDA ORIUNDA DE LANÇAMENTO DE ENCARGOS EM CONTA CORRENTE INATIVA. DANO MORAL.**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**VALOR DA CONDENAÇÃO.** 1. Inviável rever a conclusão a que chegou o Tribunal a quo, a respeito da existência de dano moral indenizável, em face do óbice da Súmula 7/STJ. 2. É consolidado nesta Corte Superior de Justiça o entendimento de que a inscrição ou a manutenção indevida em cadastro de inadimplentes gera, por si só, o dever de indenizar e constitui dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos. 3. A quantia fixada não se revela excessiva, considerando-se os parâmetros adotados por este Tribunal Superior em casos de indenização decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1379761/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 02/05/2011)

Destarte, a condenação era medida que se impunha no presente, não merecendo qualquer reparo a sentença vergastada, pois, a meu sentir, o valor arbitrado (R\$ 10.000,00) não se mostra excessivo, remunera o prejuízo da Apelada e previne equívocos como o analisado neste ensejo.

De igual forma, não carece de reparo a fixação dos honorários advocatícios.

**Assim, por conta dessa soma de razões, VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, e em consequência manter a sentença atacada em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos.**

**É COMO VOTO.**

— Recife, 19/03/2013  
Des. José Carlos Patriota Malta